

Articulações em rede na era do conhecimento

Ladislau Dowbor

Resumo

Estamos entrando numa era de mudanças sistêmicas aceleradas. As tecnologias estão transformando o planeta, as relações de trabalho, as formas de remuneração, o conceito de propriedade. O ponto de partida é que o principal fator de produção hoje, o conhecimento, é indefinidamente reproduzível, seu uso não reduz o estoque. Abre-se a era da gratuidade. Acrescente-se a conectividade planetária nesta era do virtual, com os seus algoritmos e plataformas colaborativas, e temos outro universo em construção. Mas as regras do jogo são as que foram herdadas da era da dominância da produção material do século passado, o que gera uma erosão da governança. Nas mudanças, entram em choque os interesses. Indivíduos ou pequenas empresas podem expandir o trabalho em rede, mas gigantes corporativos passaram a desarticular as economias nacionais. Multiplicam-se os bancos comunitários de desenvolvimento e o crédito colaborativo, mas os bancos nos impõem novas formas de exploração. Expande-se a produção científica e cultural de acesso aberto, mas multiplicam-se os sistemas de bots que tentam controlar o que publicamos. Aqui traçamos algumas das principais linhas de mudança para uma sociedade aberta, colaborativa e articulada em rede.

Palavras-chave: Economia do conhecimento. Colaboração. Conectividade. Mais-valia financeira

Abstract

We are entering an era of accelerated systemic change. Technologies are transforming the planet, work relations, forms of retribution, the concept of property. The starting point is the fact that the main factor of production, knowledge, can be freely reproduced, its use does not diminish its stock. We are entering the age of gratuity. If we add the planetary connectivity in this virtual age, with its algorithms and collaborative platforms, we have a new universe under construction. But the rules of the game belong to the XX^o century material production era, and we face an overall loss of governance. With the new technologies individuals or small businesses can expand networks of production, but corporate giants are creating havoc in the national economies. Community development banks and collaborative credit arrangements are surging, but banks have created impressive systems of financial unproductive exploitation. Open access scientific and cultural production is surging, while intellectual property holders try to disrupt the trend and to control what we publish. In this paper we are drawing the main lines of this overall change towards an open, collaborative and networked society.

Keywords: Knowledge economy. Collaboration. Networking. Financial rent.

There is no question that the economy is undergoing a major shift that may prove as significant as the Industrial Revolution.

Arun Saundrarajan (2016, p. 177)

Peter Drucker escreveu que vivemos numa época em que nenhuma organização sobrevive sozinha. Estamos entrando na era de articulações inovadoras, e não necessariamente positivas. David Korten conta, no seu livro *The post-corporate world* (1999), em uma conversa casual com sua vizinha de assento no avião, a semelhança entre o mundo econômico e a natureza: ambos são competitivos. A vizinha era bióloga, e lhe narrou como se dão os processos colaborativos na natureza, o que envolve desde as bactérias que permitem que as raízes absorvam o nitrogênio até a disseminação das sementes pelos pássaros: a competição existe, mas a dinâmica dominante das coisas que funcionam é a colaboração. De certa forma, a competição que funciona não é a que faz uma organização crescer afundando as outras, mas aquela que busca colaborar de maneira mais eficiente para o funcionamento do conjunto. É a busca do sucesso, sim, mas do sucesso inteligente, envolvendo articulações inovadoras e não apenas esperteza de curto prazo.

A ECONOMIA DO CONHECIMENTO

Para as grandes corporações, as novas tecnologias implicam uma pirâmide mais alta, com o poder central estendendo dedos mais compridos para os lugares mais distantes, graças ao poder da conectividade de transmitir ordens e de capturar recursos mais longe. Implicam também uma forte presença planetária de poder repressivo visando o controle da propriedade intelectual crescentemente apropriada pelas empresas transnacionais. Às “tele-comunicações” corresponde uma “tele-gestão”, gestão a distância, global, que gerou, por exemplo, o poder descontrolado dos grandes intermediários financeiros, principal eixo de poder hoje no planeta. A corporação da informação e do conhecimento, que por definição trabalha com uma matéria-prima não material, navega com conforto nesse ambiente. Vistas por esse ângulo, as novas tecnologias aparecem como um vetor de maior controle e apropriação.

Olhando de outra perspectiva, as mesmas tecnologias que favorecem a globalização podem beneficiar os espaços locais, as dimensões participativas, uma conectividade democrática. Para nós, usuários não corporativos, essas tecnologias permitem uma rede mais ampla e mais horizontal, com cada localidade – mesmo pequena – recuperando sua importância ao cruzar a especificidade dos interesses locais com o potencial da colaboração planetária. Dedos mais longos das mesmas corporações não descentralizam nada, apenas significam que a mesma mão tem alcance maior, que a manipulação ocorre em maior escala. A apropriação local do potencial de conectividade representa uma dinâmica de democratização. Os gigantes planetários das finanças estão gerando anticorpos com sistemas locais de crédito. A base tecnológica é a mesma, a materialização política é inversa, daí o choque, as denúncias de “pirataria”, ou até curiosos apelos para a “ética” e às forças repressivas do Estado por parte de quem o Estado sempre foi apresentado como um entrave.

O dramático avanço nas tecnologias da informação e da comunicação abre essas novas perspectivas, mas está articulado com mudanças tecnológicas mais amplas, que elevam a densidade de conhecimento de todos os processos produtivos e reduzem o peso relativo dos insumos materiais que outrora constituíam o fator principal de produção. É o conjunto dos sistemas produtivos que está mudando.

O conhecimento é um fator de produção? Como se desenvolve a teoria do que Castells (2009, p. 75, 90)¹ chamou de “novo paradigma socio-técnico”? Castells introduz a interessante categoria de *fatores informativos de produção*, o que nos leva a uma questão básica: o conhecimento se regula de maneira adequada por meio dos mecanismos de mercado, por exemplo, os bens e serviços no quadro de uma economia industrial?²

O deslocamento do eixo principal de formação de valor das mercadorias do capital fixo, incorporado por um fator fluido como o conhecimento,

1 Esta e as demais traduções são do autor.

2 Castells considera que esse novo fator de produção exige intervenção pública: “*Deregulation and privatization may be elements of states’ development strategy, but their impact on economic growth will depend on the actual content of these measures and on their linkage to strategies of positive intervention, such as technological and educational policies to enhance the country’s endowment in informational production factors*”.

obriga-nos a uma revisão em profundidade do próprio conceito de modo de produção. André Gorz (2005, p. 21)³ coloca o dedo no ponto preciso ao considerar que “os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados. O computador aparece como o instrumento universal, acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados”.

Yochai Benkler (2009, p. 8) reforça essa compreensão de que na sociedade da informação muito mais gente pode gerar seu espaço de criação, não precisando de uma “fábrica” para ser produtiva:

A economia da informação articulada em rede melhora as capacidades práticas dos indivíduos em três dimensões: 1) melhora a sua capacidade de fazer mais para e por si mesmos; 2) aumenta a sua capacidade de fazer mais em conexões soltas com outros, sem se sentirem constrangidos a organizar os relacionamentos através de um sistema de preços ou nos modelos hierárquicos tradicionais de organização social e econômica; e 3) melhora a capacidade dos indivíduos de fazer mais em organizações formais que operam fora da esfera de mercado⁴.

A teoria que corresponde à economia do conhecimento está apenas nascendo. Lawrence Lessig, em *The future of ideas* (2001), nos traz uma análise sistemática e equilibrada desse desafio maior que hoje enfrentamos: a gestão da informação e do conhecimento e a distribuição equilibrada dos direitos. Focando de maneira precisa em como se desenvolve a conectividade planetária, o autor leva cada questão – a da apropriação dos meios físicos de transmissão, a do controle dos códigos de acesso, a do gerenciamento dos conteúdos – a um nível que permite uma avaliação realista e a formulação de

3 O original francês, *L'immatériel*, foi publicado em 2003. Yochai Benkler, em particular, insiste no fato de que uma pessoa não precisa de investimentos pesados para ser produtiva na era do conhecimento.

4 No original: “*The networked information economy improves the practical capacities of individuals along three dimensions: (1) it improves their capacity to do more for and by themselves; (2) it enhances their capacity to do more in loose commonality with others, without being constrained to organize their relationship through a price system or in traditional hierarchical models of social and economic organization; and (3) it improves the capacity of individuals to do more in formal organizations that operate outside the market sphere*”. É significativo o fato de o autor disponibilizar seu livro gratuitamente on-line em: <<http://www.benkler.org>>. Acesso em: 20 out. 2016.

propostas práticas. Seu livro anterior, *Code*, já marcou época. *The future of ideas* é simplesmente brilhante em termos de riqueza de fontes, de simplicidade na exposição, de ordenamento dos argumentos em torno das questões-chave.

Andamos todos um tanto fracos na compreensão dessas novas dinâmicas, oscilando entre visões téticas do Grande Irmão e uma idílica visão da multiplicação das fontes e meios que levariam a uma democratização geral do conhecimento. A realidade, como em tantas questões, é de que as simplificações não bastam, e devemos fazer a lição de casa, estudar o que está acontecendo.

Tomemos como ponto de partida o fato de que hoje, quando compramos um produto, 25% do custo é destinado para, de fato, pagar o produto, e 75% para a pesquisa, o design, as estratégias de marketing, a publicidade, os advogados, os contadores, as relações públicas, os chamados “intangíveis” que Gorz (2005) classifica na ampla categoria de “o imaterial”. É uma cifra vaga, mas razoável, e não é a precisão que nos interessa aqui. Interessa-nos o fato de o valor agregado de um produto residir cada vez mais no conhecimento incorporado. Ou seja, o conhecimento e a informação organizada representam um fator de produção, um capital econômico de primeira linha. Não basta, portanto, referir-se de maneira tradicional à terra, capital e mão de obra como fatores de produção. Formas mais inteligentes de sua integração e articulação, permitidas pelas novas tecnologias, passam a constituir o principal fator de valorização dos processos produtivos. A que parâmetros teóricos pertence o valor “conhecimento” incorporado aos produtos?

A lógica econômica do conhecimento é diferente da que rege a produção física. O produto físico entregue por uma pessoa deixa de lhe pertencer, enquanto um conhecimento passado a outra pessoa continua com ela e pode estimular na outra pessoa visões que gerarão mais conhecimento e inovações. O conhecimento faz parte do que chamamos, em economia, de bens “não rivais”. Em termos gerais, portanto, a sociedade do conhecimento acomoda-se mal na apropriação privada: envolve um produto que, quando socializado, se multiplica. É por isso, inclusive, que nos copyrights e patentes só se fala em propriedade temporária. No entanto, o valor agregado ao produto pelo conhecimento incorporado só se transforma em preço, e conseqüentemente em lucro maior, quando esse conhecimento é impedido de se difundir. Quando um bem é abundante, um grupo econômico precisa gerar artificialmente a escassez para captar valor comercial.

De certa maneira, forma-se uma grande tensão entre a sociedade cada vez mais centrada no conhecimento e o sistema de leis e a cultura comercial com base ainda na lógica de produtos materiais característicos do século passado. Em uma visão marxista, é uma tensão nas superestruturas, que já não correspondem às novas dinâmicas produtivas nas infraestruturas. O essencial, aqui, é que o conhecimento, uma vez desenvolvido, é indefinidamente reproduzível, e, portanto, só se transforma em valor monetário quando alguém se apropria dele, impedindo que outros possam ter acesso sem pagar um pedágio (“direitos”). Para os que tentam controlar o acesso ao conhecimento, este só adquire valor de venda ao se criar artificialmente a escassez por meio de leis e repressão, e não por mecanismos econômicos.

Por simples natureza técnica do processo, a aplicação das leis de reprodução da era industrial à era do conhecimento trava as dinâmicas econômicas. Curiosamente, impedir a livre circulação de ideias e de criação artística tornou-se um fator de apelações de maior intervenção do Estado por parte das corporações. Os mesmos interesses que levaram a corporação a globalizar o território, para facilitar a circulação de bens, levam-na a fragmentar e a dificultar a circulação do conhecimento. É, sem dúvida, liberdade econômica para a corporação, mas às custas da liberdade do usuário.

O essencial para nós, aqui, é que o principal fator de produção da economia moderna, o conhecimento, é um fator cujo uso não reduz o estoque. Pelo contrário, uma vez cobertos os custos iniciais, a reprodução e o acesso universal podem ocorrer a custos negligenciáveis. Temos nas mãos um impressionante vetor universal de riqueza compartilhada. A batalha do século XX, centrada na propriedade dos meios de produção, evolui para a batalha da propriedade intelectual do século XXI. Ignacy Sachs resume bem: no século passado o poder era de quem controlava as máquinas, neste século o poder é de quem controla a informação. É esse deslocamento que constitui a base das transformações que vivemos e que dá suporte ao próprio conceito de gestão colaborativa em rede.

A REVOLUÇÃO DA CONECTIVIDADE

Apesar de afundados em nossos celulares, *tablets*, laptops e outros instrumentos da economia imaterial, ainda estamos dando os primeiros

passos nas imensas oportunidades que a conectividade global abre. O fato é que a economia do conhecimento gera igualmente a sociedade globalmente conectada, pois os conteúdos passam a viajar nas ondas eletromagnéticas que banham o planeta, permitindo contatos instantâneos e diretamente endereçados. Ainda que a desigualdade digital impere, os custos estão baixando rapidamente, e em poucos anos não haverá lugar perdido no planeta que não tenha acesso, diretamente e sem fios, a qualquer pessoa, documento, filme, música ou empresa situados em qualquer parte do mundo.

Essa conectividade universal, quando o imaterial passa a representar o essencial dos aportes econômicos, abre um gigantesco espaço de democratização da sociedade, de evolução da economia da competição para a economia da colaboração. As novas tecnologias permitem que o conhecimento adquirido pela humanidade, sob forma de ciência, obras de arte, música, filmes e outras manifestações da economia criativa, seja universalmente acessível, a custos de transmissão virtualmente nulos. Trata-se evidentemente de um imenso bem para a humanidade, para o progresso educacional, científico e cultural de todos.

A conectividade leva igualmente a uma profunda transformação da própria estrutura de poder e forma de organização dos chamados mercados, nos quais hoje imperam não produtores, mas intermediários. Hoje 16 gigantes planetários de negociação de commodities, os chamados *traders*, controlam o comércio de grãos, minérios e energia do planeta e constituem um dos núcleos de poder fundamentais na economia internacional. No Quênia, em contrapartida, pequenos agricultores negociam diretamente com consumidores, evitando os atravessadores, e transferem os recursos correspondentes on-line. Surgem práticas como *crowd learning*, *crowd sourcing*, *crowd funding* e outras dinâmicas que resultam da facilidade do contato direto entre oferta e procura. Precisamos dos gigantes e dos seus desmandos?

Um dos mais importantes pesquisadores da economia da colaboração sugere que “precisamos considerar seriamente se as estruturas de poder corporativo do século XX são adequadas para este novo mundo do trabalho” (SUNDARARAJAN, 2016, p. 176). Multiplicam-se as redes, as plataformas, os grupos informais de colaboração, um conjunto de arquiteturas organizacionais que hoje inclusive enfrentam a falta de

legalização formal, limbo jurídico que resulta do fato de o direito comercial ser baseado em codificação de propriedade de bens rivais, tipicamente do século passado, e profundamente desajustados quando se trata de bens imateriais ou de processos colaborativos em rede.

Houve uma mudança profunda para os intermediários tradicionais do acesso aos bens criativos, que controlavam a base material da sua disponibilização, e, portanto, bens físicos, como um CD. Em vez de se adequarem às novas tecnologias, sentem-se ameaçados e buscam travar o uso das tecnologias de acesso, acusando quem as usa de pirataria e até de falta de ética. Geram-se assim duas dinâmicas, uma que busca aproveitar as tecnologias para generalizar o enriquecimento cultural, e outra que busca pelas leis, pela criminalização e pelo recurso ao poder do Estado travar sua expansão.

A tecnologia torna os bens imateriais cada vez mais acessíveis, enquanto as leis, por pressão organizada dos intermediários, evoluem simetricamente para cada vez mais dificultar o acesso a elas. A primeira fortuna do mundo, de Bill Gates, resulta do que chamamos de monopólio de demanda: temos todos de usar o que os outros usam. A segunda fortuna do mundo, de Carlos Slim, resulta de um oligopólio que cobra pedágios sobre comunicações que trafegam com custo praticamente nulo nas ondas eletromagnéticas. O sistema básico da internet, vital inclusive para as fortunas acima, é o “www” hoje administrado por um consórcio sem fins lucrativos, apontando para um horizonte de possibilidades, uma vez que consigamos nos livrar dos atravessadores da economia do imaterial e da conectividade universal.

A conjugação da economia do conhecimento com a conectividade global gera uma outra realidade econômica, social e cultural, mas que nasce emperrada em culturas comerciais desajustadas. Pelo Skype, hoje converso gratuitamente com meu irmão, que mora em Varsóvia, mas pago uma fortuna para conversar pelo celular com um colega em Campinas: são as mesmas ondas eletromagnéticas, mas pertencendo a lógicas comerciais de eras diferentes. No raciocínio que aqui seguimos, a economia do conhecimento e a conectividade global articuladas geram, sim, uma transformação tão profunda como a evolução da era agrícola para a era industrial.

ALGORITMOS E PLATAFORMAS

O fato de todo conhecimento poder dispensar suporte material, navegar na internet em velocidades que tornam distâncias espaciais negligenciáveis e ser estocado e manipulado em gigantescas quantidades por qualquer pessoa com pequenos aparelhos e custos marginais zero gera um dilúvio de mensagens e informações. Muito já se fala na sobrecarga sensorial que resulta da invasão incessante de mensagens, entre outras, as que vêm em escala industrial das empresas de publicidade contratadas pelas corporações, por meio de robôs. As corporações também descobriram como pode ser lucrativo navegar nas ondas eletromagnéticas, invadindo o espectro limitado da nossa atenção consciente e ganhando dinheiro em cima da gratuidade.

Mas o dilúvio também está gerando seus anticorpos. Estamos obviamente na fase inicial do processo. A base geral é a internet, criada na sua dimensão moderna e planetária por Tim Berners-Lee no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares, e hoje administrada por um consórcio sem fins lucrativos, o W3C. As ferramentas de pesquisa, como Google e outras, são aplicações, mas os algoritmos que utilizam – sequências de instruções lógicas – nos permitem localizar com precisão impressionante o que buscamos na montanha das informações existentes e diariamente depositadas. Ou seja, estamos na era da navegação inteligente. A máquina do século XX tem tomada que liga e desliga, a do século XXI tem programas, algoritmos e plataformas.

Uma vez mais, todo o processo tem naturalmente dois lados. As pessoas que se mobilizaram na Tunísia na luta pela democracia utilizaram amplamente as mídias sociais para se coordenar. Hoje lamentam diante da repressão que se abate quando os órgãos de segurança dispõem na internet de todos os nomes dos organizadores, dos seus amigos, das suas mensagens. A NSA está simplesmente fichando todo o planeta, também utilizando algoritmos cada vez mais poderosos para detectar desde terroristas até oportunidades de espionagem industrial.

O controle discreto dos empregados está sendo desenvolvido de forma generalizada nas grandes empresas, com invasão inclusive da vida privada. A comercialização de informação íntima, por exemplo, o nosso DNA, a partir de laboratórios de análise, está gerando indignação. Empresas podem hoje saber diretamente da gravidez de uma funcionária e tomar as providências que considerarem mais úteis (LANE, 2003).

A invasão da publicidade e da “fábrica de consensos” em todos os recantos da internet está virando uma praga planetária, gerando gigantes de manipulação da opinião pública. As novas tecnologias abrem novos horizontes, e as grandes corporações, em particular na área das finanças, foram as primeiras a aproveitar, inclusive porque o dinheiro se tornou imaterial – sinais magnéticos – e tinham mais recursos para investir.

As grandes corporações organizam seus sistemas de busca e de conectividade em geral com sistemas próprios. Após ter comprado por engano um produto kosher no supermercado, eu recebi publicidade de viagens turísticas para Israel. Quando completei 70 anos, apareceu no meu computador a publicidade de um cemitério em Goiás me propondo excelentes jazigos, imagino que pagos antecipadamente. Evidentemente não é essa a minha ideia de economia colaborativa. Os nossos celulares, telefones fixos, computadores e espaços de comunicação social são regularmente invadidos por empresas contratadas apenas para esse fim. As leis estão longe de regular essas novas formas de agressão econômica, autêntica indústria da invasão de privacidade que as redes e a conectividade, acopladas a robôs de invasão eletrônica, hoje permitem.

Mas na área da economia colaborativa surgem plataformas sociais abertas, sistemas organizados de intermediação e de articulação entre pessoas que têm interesses comuns. São arquiteturas organizacionais que abrem novos espaços, em plena transformação e muito diversificadas. Todos conhecemos as iniciativas como Uber ou Airbnb, mas há inúmeras outras, como DogHero, para deixar seu cachorro com alguém da vizinhança; Caronetas, para compartilhar veículos; Tem Açúcar?, para pequenas colaborações entre vizinhos; Enjoei, que traduz tão bem o resultado de tantas compras; Quintal de Trocas, que permite, entre outros, gerar um rodízio de roupas entre mulheres que diversificam seu look sem ter de ir ao shopping e entulhar os seus armários; e numerosos outros. Veremos isso mais adiante ao analisar os grandes grupos de iniciativas, mas fica aqui a importância da inovação organizacional que são as plataformas, sistemas de articulação de interesses convergentes dispersos.

O que nos interessa aqui são as oportunidades positivas, na medida em que é cada vez mais possível o cidadão comum começar a dispensar os grandes intermediários e gerar novas formas de colaboração *peer to peer*, de usuário a usuário. É um universo complexo e diversificado, e em plena evolução. Mas os pontos centrais de referência que transformam nosso universo são claros: 1) o conhecimento se tornou o principal fator de produção – bem não rival

indefinidamente reproduzível; 2) a conectividade planetária permite o acesso universal sem custos, facilitando processos colaborativos; 3) os algoritmos de busca inteligente permitem filtrar as informações e podem nos guiar para o que nos interessa; 4) multiplicam-se as plataformas dos mais diversos tipos, permitindo que a conectividade se transforme em colaboração; 5) não são apenas pessoas ou grupos que querem gerar processos colaborativos e uma sociedade mais solidária que se apropria desses potenciais: as mesmas ferramentas têm sido utilizadas para controle das pessoas e invasão da privacidade.

Não há simplificações que funcionem nesse mundo em ebulição, mas há eixos de oportunidades que valem a pena estudar e que apresentamos aqui sumariamente: a construção colaborativa do conhecimento, a desintermediação financeira e as atividades comerciais em rede.

CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DO CONHECIMENTO

A geração de ideias é um processo colaborativo. Não por opção ideológica ou fundamentalismo de qualquer cor política, mas pela natureza das ideias. A internet não teria surgido sem as iniciativas dos pesquisadores militares do Darpa, mas se materializou como sistema planetário por meio do “www” criado pelo britânico Tim Berners-Lee, que não o teria criado se não fosse o processo colaborativo do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (Cern), onde tinha de estimular o diálogo entre os pesquisadores de diversos países e gerar sinergia entre as próprias pesquisas. Mas nada disso teria surgido sem que brilhantes físicos tivessem inventado anos antes o transistor, o microprocessador e semelhantes, frutos de pesquisas universitárias e empresariais, além das iniciativas de Alan Turing e outros durante a II Guerra Mundial e no início dos anos 1950. Os satélites que permitem que as ideias fluam em torno do planeta resultam de investimentos públicos russos e americanos em pesquisas e infraestruturas espaciais. Sem isso, como escrevem Gar Alperovitz e Lew Daly (2010), Bill Gates na sua garagem teria de trabalhar com tubos catódicos e Google seria apenas uma ideia solitária.

Cada um de nós tem uma quantidade de conhecimentos acumulados, que nos vêm tanto de estudos como de experiência prática: viagens, vivências, pesquisas inovadoras. Compartilhamos apenas uma pequena

parte desse conhecimento acumulado. Somando o capital cognitivo acumulado em bilhões de pessoas no mundo, temos aí uma fonte impressionante de riqueza parada ou subutilizada. Segundo Clay Shirky (2010, p. 142), “nossas ferramentas tecnológicas que permitem tornar a informação globalmente disponível e passível de descobertas, por amadores, com custo marginal zero, representam assim um choque enorme e positivo para a possibilidade de combinar conhecimentos”.

Uma dimensão do uso dessa riqueza, desse capital cognitivo, é a que utilizamos para nossa própria sobrevivência, no emprego, nas pequenas negociações do nosso cotidiano. Mas de longe a maior parte é simplesmente armazenada nas nossas cabeças, às vezes partilhada com nossos filhos e amigos, na esperança de que não repitam nossas bobagens. Quando nos vem uma grande ideia, raramente a aproveitamos, pois não temos o meio de disponibilizá-la, de torná-la útil de maneira organizada. Fica na nossa cabeça, rodando, e em geral mofando, a não ser que pertencamos ao ambiente de criação especializado que corresponde. Em termos técnicos, é em grande parte um capital parado, ou travado por conceitos estreitos de interesses comerciais, fixados na era do bem físico. A conectividade muda os parâmetros: “Vivemos pela primeira vez na história num mundo onde fazer parte de um grupo globalmente interconectado é o caso normal da maioria dos cidadãos” (Ibid., p. 24).

Redefine-se assim, de forma radical, a função da mídia, e surgem os sistemas alternativos, função vital diante do assédio do que foi chamado de “fábrica de consenso”: “O conjunto de conceitos ligados ao mundo da mídia está desandando. Precisamos de novas compreensões desta palavra, que dispense a conotação de ‘algo produzido por profissionais para o consumo de amadores’. Aqui vai a minha: mídia é o tecido de conectividade da sociedade” (Ibid., p. 54). Nesse sentido, adquirem nova importância as formas de livre circulação da informação: “A informação pode agora tornar-se disponível globalmente, em número ilimitado de cópias perfeitas, com custo marginal zero. Como resultado, cada modo de comunicação que um dia teve de depender de precificação do mercado dispõe hoje de uma alternativa que se apoia em compartilhamento aberto” (Ibid., p. 110).

O papel da motivação é central. Durante longo tempo nosso raciocínio econômico se viu paralisado pela magistral simplificação de que as motivações no comportamento econômico se reduzem à maximização racional de vantagens. Na realidade, há uma grande motivação subestimada,

o prazer de realizar uma coisa útil, o gosto de contribuir, a excitação de uma coisa nova. Junte-se o prazer de construir uma coisa boa de forma colaborativa com outras pessoas, a satisfação do trabalho competente, e temos a mistura necessária para uma profunda transformação nas regras do jogo. Nas palavras de Shirky (2010, p. 17): “As pessoas querem fazer algo para tornar o mundo um lugar melhor. Ajudarão se forem convidadas a fazê-lo”.

Outro ponto importante é que o conceito de tempo útil, de trabalho como oposto ao lazer, passa a ser visto de outra maneira. Podemos fazer coisas úteis em horários livres, o que gera progresso para a sociedade e sentimento de realização para as pessoas. Tomando-se algumas horas por dia, são mais de um trilhão de horas por ano, no planeta, que podem ser transformadas em iniciativas que são ao mesmo tempo úteis e agradáveis.

De onde vem o sucesso da Wikipédia, a maior e mais eficiente enciclopédia que a humanidade já produziu? Vem simplesmente do prazer de as pessoas contribuírem para o conhecimento geral. O imenso estoque planetário de conhecimentos acumulados nas cabeças das pessoas, com sua impressionante diversidade, pode simplesmente ser transformado em instrumentos úteis para todos. Na era da economia do conhecimento, quando este se torna o principal fator de produção de riquezas, colocar em rede esse capital cognitivo pode melhorar a condição humana. Conectar a humanidade nos permite tratar o tempo livre como um recurso global compartilhado, e nos deixa desenhar novas formas de participação e de compartilhamento que aproveitam este recurso.

Essa análise traz um deslocamento importante da nossa visão de mundo, do nosso comportamento individual mal justificado pelo cinismo de que o mundo é assim mesmo, que o ser humano não tem jeito. “Assumir que as pessoas são egoístas pode se tornar uma profecia que se autoconfirma, criando sistemas que asseguram muita liberdade individual para agir, mas não muito valor público ou gestão de recursos coletivos para o bem público” (Ibid., p. 112).

Abre-se assim um universo interessante de visões colaborativas:

Onde mercados e gestores foram os mecanismos dominantes de criação em larga escala, podemos agora acrescentar esta forma de produção social como uma forma de assumir tais tarefas, usando o nosso tempo livre agregado em tarefas que consideramos

interessantes, importantes, ou urgentes, utilizando a mídia que agora nos abre oportunidades de criar coisas juntos, de articular o nosso tempo livre e talentos particulares em algo útil. Esta é uma das grandes novas oportunidades desta era, e que muda o comportamento das pessoas que dela se aproveitam. (Ibid., p. 119)

O movimento é particularmente poderoso na área das universidades, cuja matéria-prima é o conhecimento. O MIT, principal centro de pesquisa nos Estados Unidos, há alguns anos decidiu virar a mesa: criou o OCW (Open Course Ware), que gratuitamente libera o acesso do público a toda a produção científica de todos os seus professores e pesquisadores. Estes podem se recusar, mas na ausência de instruções específicas, o default é que tudo apareça on-line no site⁵. Qualquer um pode acessar gratuita e instantaneamente cerca de dois mil cursos disponibilizados. Em poucos anos, o MIT teve mais de 50 milhões de textos e vídeos científicos baixados, uma contribuição impressionante para a riqueza científico-tecnológica do planeta. O que, afinal, é o objetivo. Hoje temos o Edx nas universidades americanas, o Core (China Open Resources for Education) na China, REA (Recursos Educacionais Abertos) dando os primeiros passos no Brasil, e assim por diante.

É interessante pensar o seguinte: ao saber que seus trabalhos estão sendo seguidos e aproveitados em milhões de lugares, gratuitamente, os professores e pesquisadores se sentem mais ou menos estimulados? Cobrar acesso pelas suas ideias seria mais estimulante? O fato profundamente transformador, que é poder acessar do meu computador ou celular qualquer informação em meios magnéticos em qualquer parte do planeta, é resultado de um amplo processo de construção social colaborativa, no qual os avanços de uns permitem os avanços de outros. Na minha visão, temos de reduzir drasticamente as declarações ideológicas empoladas sobre propriedade intelectual e pensar no que melhor funciona.

Em julho de 2014, em Berlim, realizou-se o Open Knowledge Festival, com presença de acadêmicos, do Google, da diretora de políticas digitais da União Europeia, além de movimentos de acesso aberto (*open access*) e empresas. Conclusão: *Openness looks to be inexorable*, a abertura parece inexorável. Há o lado prático da eficiência do processo: publicações

5 Disponível em: <<http://ocw.mit.edu>>. Acesso em: 20 out. 2016.

gratuitas e de acesso aberto atingem o público; também são mais citadas do que os artigos pagos equivalentes. E há o lado ético: Os pesquisadores, segundo Randy Schekman, prêmio Nobel, deveriam ser julgados pela qualidade da sua pesquisa, e não pelo fator de impacto da revista na qual publicam ou pela reputação da sua instituição. Sopram novos ventos, e já era tempo.

As transformações geram evidentemente tensões entre os ganhos coletivos imensos que permitem o acesso aberto e o lucro estreito de grupos privados tradicionais. Um oligopólio de empresas comerciais Reed Elsevier (24,1%), Springer (11,9%) e Wiley-Blackwell (11,3%) controla quase 50% das publicações científicas do planeta, e estão estendendo rapidamente seu controle. O acesso à pesquisa científica torna-se, assim, muito caro, isso porque esses intermediários não pesquisam nem pagam o *blind review* feito por pesquisadores nas instituições de origem. Mas as avaliações dos professores e das instituições é valorizada apenas se publicam com esses “renomados” intermediários. Vincent Larivière, Stefanie Haustein e Philippe Mongeon (2015) fizeram uma excelente análise do absurdo que tanto trava o intercâmbio e dinamização de pesquisas no mundo. Já são mais de 15 mil cientistas que boicotam esses intermediários e publicam em revistas abertas (*open-access*), como o próprio artigo de Larivière et al.

Com todas as resistências, no conjunto, a tendência é que o conhecimento seja considerado um bem público, de livre acesso, pois os ganhos sociais são incomparavelmente superiores. Na medida em que o conhecimento se torna o principal fator de produção, a própria lógica de produção e distribuição atuais de bens e serviços é recolocada em questão. Hoje uma publicação como *Understanding knowledge as a commons*, de Charlotte Hess e Elinor Ostrom (2007), sistematiza as imensas oportunidades dos processos colaborativos nessa área, e Elinor Ostrom recebe o Nobel de economia ao mostrar como funciona a economia dos bens comuns. A batalha do século XX, centrada na propriedade dos meios de produção, evolui para a batalha da propriedade intelectual do século XXI.

DESINTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O dinheiro é outra faceta da economia que se desmaterializou: ninguém precisa mais andar com dólares na maleta, tudo são sinais e fluxos

nas ondas eletromagnéticas. No conjunto, o fato de recursos passarem a navegar no planeta praticamente sem controle gerou um caos financeiro global, na medida em que os fluxos são globais, enquanto os controles estão fragmentados em mais de 190 países com legislações diferenciadas, além de cerca de sessenta paraísos fiscais que tornam qualquer regulação inviável.

Esse fenômeno, hoje conhecido como financeirização, deformou radicalmente os processos produtivos. Joseph Stiglitz (2015), que foi economista-chefe do Banco Mundial, resume a situação em termos simples: “Enquanto antes as finanças constituíam um mecanismo para colocar dinheiro nas empresas, agora funcionam para extrair dinheiro delas”. Para se ter uma ideia, os 28 grandes bancos do mundo manejam em média um capital de 1,8 trilhão de dólares cada, quando o Brasil, sétima potência econômica do mundo, tem um PIB da ordem de 1,7 trilhão. Como dizem os americanos, hoje é o rabo que abana o cachorro. Em vez de servir à economia, pois trabalha com nosso dinheiro, o sistema financeiro passou a dela se servir, e trava seu desenvolvimento. Trata-se aqui, sem dúvida, do principal fator de desorganização econômica e social do planeta, diretamente ligado à situação absurda de 62 bilionários terem mais riqueza acumulada do que a metade mais pobre da população mundial, 3,6 bilhões de pessoas. Eles produziram essa riqueza?

Este processo está no centro da crise que assola o Brasil desde 2015, pois as taxas de juros praticadas tornaram inviáveis os principais motores da economia, que são a demanda das famílias, o investimento empresarial e o investimento público em infraestruturas e nas políticas sociais. Para se ter uma ideia, os crediários para artigos do lar na Europa cobram 13% ao ano, no Brasil a média é 105%. O crédito imobiliário no Canadá é da ordem de 2,20% ao ano, aqui da ordem de 12%. O crédito para pessoa física dos bancos no Brasil está custando acima de 100%, quando custa 3,5% ao ano na França. Os juros sobre a dívida pública pagam 14,0% ao ano, dinheiro que sai de nossos impostos e vai para os bancos: nos Estados Unidos este juro é de 0,5%. Essa anomalia dramática é mal encoberta pelo fato de as instituições apresentarem juros “ao mês”, o que apenas confunde as pessoas.

Vivemos aqui um processo surrealista, em que o PIB cai 3,8% em 2015, enquanto o lucro do Banco Itaú, por exemplo, teve um crescimento de 30,2% em 12 meses. Essa dinâmica está detalhada no meu estudo “Resgatando o potencial financeiro do país”, mas o que nos interessa aqui é

que o próprio fato de as instituições financeiras se tornarem usurárias abre amplo caminho para a construção de mecanismos colaborativos e descentralizados de financiamento. Na minha família e roda de amigos, emprestamos dinheiro uns para os outros: os juros que o banco extrairia das nossas poupanças fica em família. Para que engordar rentista improdutivo?

A rede de crédito colaborativo Prosper, por exemplo, é uma plataforma de empréstimos on-line entre pessoas que se inscrevem na rede, emprestam uns aos outros com juros acertados diretamente entre quem tem e quem precisa, sem contribuir para os lucros e custos administrativos dos gigantes bancários. É seguro e barato, e o dinheiro serve para coisas úteis, não para mais especulação e paraísos fiscais. O organizador do Prosper tem um comentário divertido: “A atividade bancária é essencial. O banco, não”. Há hoje numerosas iniciativas como Lending Club, Funding Circle e outros.

O estudo de Ellen Brown, *The public bank solution* (2013), constitui a meu ver o melhor livro sobre as diversas alternativas de se organizar os fluxos financeiros sem passar pelo oligopólio dos gigantes especulativos. É muito significativo que a Polônia, que segundo a *Economist* melhor atravessou a recessão de 2008, tenha se safado simplesmente porque manteve os 470 bancos cooperativos herdados da era socialista. O dinheiro serve aos interesses das comunidades, não ao sistema especulativo, que, esse sim, entrou em crise. Ironicamente, o economista Balcerowicz comenta que “fomos salvos pelo nosso atraso”.

Mas é o caso igualmente da Alemanha, pouco conhecido apesar de constituir um sistema em grande escala de crédito comunitário: mais da metade de todas as poupanças dos alemães não está em bancos, mas em caixas comunitárias de poupança, as *Sparkassen*, que obedecem à gestão local e servem à comunidade, não à especulação. A China também assegura uma eficiência impressionante no financiamento de suas políticas de desenvolvimento porque o sistema é politicamente regulado no nível central, mas a gestão é descentralizada, financiando as necessidades diferenciadas de desenvolvimento de cada cidade.

Na França são centenas de organizações de intermediação financeira da sociedade civil. Henri Rouillé D’Orfeuil (2003) dá o tom: “Os objetivos são claros. Trata-se de introduzir solidariedade, ou seja, uma preocupação com o bem comum, no coração mesmo da economia, para que o crescimento leve ao progresso social e ao desenvolvimento sustentável, para

que as empresas se tornem socialmente e ecologicamente responsáveis”. Hoje as aplicações financeiras éticas (*placements éthiques*) se generalizaram, com centenas de milhões de euros financiando iniciativas socialmente úteis. O sistema envolve legislação que permite que certas aplicações financeiras sejam tratadas de maneira diferenciada pelo fisco, formas sofisticadas de notação das empresas pelas instituições de avaliação e envolvimento direto de organizações da sociedade civil. Como são muito mais produtivas em termos econômicos e sociais do que os bancos comerciais, as instituições de crédito solidário recebem garantia dos bancos oficiais.

No nosso caso já temos 114 bancos comunitários de desenvolvimento, e o mais antigo e particularmente bem estudado é o Banco Palmas de Fortaleza, no qual a comunidade gera as próprias poupanças, emite a própria moeda, o *palma*, equivalente ao real, mas estimulando a economia local. O banco também emite o *palmacard*, cartão de crédito local. O estímulo às compras locais permitiu gerar a moda local do bairro, na linha do *Palmafashion*, e assim por diante. Hoje os bancos comunitários de desenvolvimento estão evoluindo para moedas alternativas eletrônicas.

Um interessante artigo de Cernev et al. (2016, p. 300) comenta que

a incorporação da infraestrutura das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) ao conceito de moedas sociais poderia tornar este meio de pagamentos mais eficiente, contribuindo assim para um sucesso cada vez maior na escala das suas operações. Dada a emergência durante a última década de pagamentos por meio de aparelhos como celulares, particularmente como um instrumento de inovação social e de redução de pobreza, surge a oportunidade de integrar estes dois conceitos, de moedas sociais e pagamentos móveis, os quais, apesar de terem trilhado caminhos separados, têm o potencial de convergir para soluções comuns.

Essa tendência é particularmente importante para as populações de baixa renda. O sistema tornou-se legal a partir de 2013, fazendo parte do Sistema Brasileiro de Pagamentos.

Uma análise interessante desse processo pode ser encontrada no artigo de Cançado et al. (2015, p. 68), “Cooperativismo de crédito: o que

podemos aprender com os bancos comunitários de desenvolvimento?” Segundo os autores,

o seu maior objetivo e compromisso é com a construção de redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais. Tais redes são também conhecidas como redes de “prossumidores”, pelo fato de associar produtores e consumidores locais através do estabelecimento de canais ou circuitos específicos de relações de troca, o que implica uma ruptura com a clássica dicotomia entre produção e consumo característica da lógica capitalista de organização do funcionamento econômico. A construção de redes desse tipo é a expressão concreta de uma outra economia acontecendo nos territórios. É a forma encontrada para fortalecer as economias locais, reorganizando-as, na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento tendo por base os princípios da economia solidária.

O essencial aqui é que mais e mais pessoas, comunidades, redes de empresas ou organizações da sociedade civil se dão conta de que não faz sentido alimentarem gigantes de intermediação financeira improdutivos, financiar as suas redes de agências luxuosas e pagar seus juros extorsivos. As comunidades estão começando a resgatar o controle das suas próprias poupanças, e as novas tecnologias abrem imensos espaços para isso.

ATIVIDADES COMERCIAIS EM REDE – INTERNET DAS COISAS

A internet das coisas constitui em geral uma atividade comercial que aproveita a conectividade ampla das pessoas e agentes econômicos com uma grande variedade de arquiteturas organizacionais. Sundararajan, autor de uma das melhores análises abrangentes da economia do compartilhamento, *The sharing economy* (2016, p. 77), apresenta sumariamente as variedades dessa nova forma de organização econômica:

Nossa pesquisa sugere amplas variações em diversas plataformas. Muitas se parecem com mercados que facilitam o empreendimento, enquanto outras se parecem mais como hierarquias que empregam contratantes. Junto com Airbnb, Etsy e BlaBlaCar, plataformas de trabalho como Upwork e Thumbtack, plataformas de refeições sociais como VizEat e Eatwith, a plataforma de trocas de guias de *tours* como Vayable (fundada pelo pioneiro da economia compartilhada Jamie Wong) são claramente mais do tipo “mercado”, plataformas de passageiros como Lyft e Uber estão em algum lugar no meio, enquanto plataformas centradas em serviços ou trabalho como Luxe, Postmates e Universal Avenue se parecem mais com hierarquias do que a média das plataformas de economia compartilhada.

A conectividade aqui é mais uma vez vital. Vimos acima como na economia do conhecimento podemos, por exemplo, por meio da Wikipédia, transformar em enriquecimento social o capital parado de conhecimento que as pessoas têm na cabeça. No caso do sistema financeiro, essa mesma conectividade permite, por meio de plataformas apropriadas, desintermediar o crédito, pondo diretamente em contato quem tem dinheiro parado e quem dele precisa. Aqui também estamos falando de capital subutilizado, mas de bens materiais ou de trabalho de pessoas. É a internet *das coisas*.

O carro é um exemplo interessante. Os carros particulares são utilizados uma hora por dia na média, o que significa apenas 4% de seu potencial de transporte. Como ademais circulam com uma média de 1,3 passageiro, ainda que tenham espaço para 5, no total estamos utilizando algo como 1% da capacidade desse capital imobilizado durante horas, seja parado no nosso local do trabalho, seja ocupando nossa garagem, seja entulhando as ruas, ou ainda simplesmente imobilizado no trânsito. Hoje temos edifícios residenciais na Suécia em que um número limitado de carros na garagem faz parte do condomínio, as pessoas pegam o que está disponível.

Em Paris já há tempos que funciona uma rede de veículos elétricos públicos, estacionados em diversas partes da cidade, como foi feito inicialmente com bicicletas. O usuário utiliza um aplicativo no seu celular indicando onde pode encontrar ou deixar o veículo, que fica em estacionamentos na rua onde se conectam com aparelhos de recarga. Gera-se um uso mais intensivo, reduzindo o trânsito e a poluição. No caso do

Airbnb, é igualmente óbvio o imenso desperdício de inúmeras residências vazias ou com espaço ocioso. O princípio é, em geral, o mesmo: são tantas coisas que temos e que compramos para utilizar pouco ou até uma só vez, como mostra o sucesso das plataformas de empréstimos de ferramentas.

Mas as dinâmicas corporativas de prioridade ao dinheiro geram outros desafios. Em Berlim, por exemplo, foi proibida a locação por Airbnb. A razão é que inicialmente funcionou, enquanto, por exemplo, um aposentado ou uma família que saía de férias disponibilizava seu apartamento, ganhando um dinheiro extra. Mas grandes grupos imobiliários passaram a comprar prédios inteiros para alugar a turistas, reduzindo a disponibilidade de residências para a população berlinense, elevando os aluguéis e causando uma crise. É o convívio caótico de lógicas diferentes.

As iniciativas colaborativas surgem com muita força, pois as oportunidades e as vantagens econômicas para o conjunto da economia (e não só para os contratantes) são evidentes, por usar melhor as riquezas já existentes. É só pensar em uma coisa tão simples, como o software que localiza espaços de estacionamento no nosso celular, reduzindo o tempo que gastamos buscando vaga: bastou que alguém pensasse em fazer uma plataforma adequada.

Alex Stephany (Ibid., p. 30) resume bem os argumentos ao citar as vantagens: 1) da facilidade e desburocratização das trocas e pagamento; 2) da mobilização de recursos parados ou subutilizados; 3) da acessibilidade on-line com o poder da internet; 4) da aproximação comunitária pelos sistemas de trocas e iniciativas locais; 5) da redução da compulsão de “possuir”, substituída aos poucos pela praticidade do “acesso”.

Mas estamos desenvolvendo práticas inovadoras em espaços já ocupados por gigantes econômicos, enfrentando um vazio jurídico que gera temores e tensões naturais de transição ou de convívio. Frequentemente, como no caso do Uber, a força da plataforma é muito maior do que a dos contratantes, o pagamento de impostos correspondentes, ainda relativamente fluido, e entre protestos e propostas está se desenhando um novo conjunto de regras de jogo. Simplesmente proibir os potenciais das articulações em rede não resolve.

A economia criativa, as redes de colaboração, a economia solidária, o princípio do compartilhar e outras iniciativas trazem sem dúvida vento fresco ao opressivo sistema corporativo que nos empurra em correrias incessantes para ter mais dinheiro para comprar mais coisas que

teremos cada vez menos tempo ou paciência para apreciar. A mudança é bem-vinda, e na minha convicção ela é inexorável, apesar da enorme ofensiva de travamento ou de cooptação por parte das corporações tradicionais. Mas há desafios no horizonte, pontos de tensão e debate com os quais quis fechar este artigo.

AS MUDANÇAS NO CONCEITO DE TRABALHO

As novas tendências estão deslocando o trabalho. Robert Reich, que foi Secretário do Trabalho de Clinton, já escrevia que o formato que predominou no século passado e ainda predomina hoje, de alugarmos a nossa força de trabalho 8 horas por dia para fazer a mesma coisa na mesma empresa durante anos, está fadado a desaparecer. Os Estados Unidos têm uma população em idade ativa (16 a 64 anos) da ordem de 200 milhões de pessoas, e os freelancers, gente que realiza tarefas sem um vínculo permanente que corresponda, seriam 53 milhões em 2015 (2008, p. 188). Ou seja, ainda que essa cifra cubra uma grande diversidade de relações de trabalho, inclusive o uso profissional do tempo livre além do vínculo formal, o fato é que estamos falando de transformações que não podem ser qualificadas de marginais. São mudanças profundas e rápidas.

Não há dúvida de que essa conectividade nos dá maior liberdade, inclusive a de variar as tarefas, valorizar os diversos potenciais que temos em nós. Mas como trabalhamos muito mais soltos, com vínculos mais frouxos, a capacidade de organização sindical, de pressionar quem controla a plataforma – particularmente se se trata de um grande grupo – e até de assegurar direitos sociais, acesso a serviços de saúde ou aposentadoria precisam ser repensados. Na tensão entre liberdade e estabilidade há novas regras do jogo em construção.

AS MUDANÇAS NO CONCEITO DE PROPRIEDADE

A *Economist* (TIME TO FIX..., 2015), durante tanto tempo defensora da propriedade intelectual, se rende enfim ao bom senso:

O regime atual de patentes opera em nome do progresso. Em vez disto, retarda a inovação[...] Uma razão é que compartilhar ideias não causará danos ao dono da propriedade como causaria o compartilhamento de propriedade física. Dois fazendeiros não podem colher a mesma safra, mas um imitador pode reproduzir uma ideia sem privar o seu proprietário do original. A outra razão é que o compartilhamento traz gigantescos benefícios para a sociedade. Estes resultam em parte do próprio uso mais amplo da ideia. Se apenas algumas pessoas podem custear um tratamento, os que têm a doença irão sofrer, apesar do custo real de manufaturar as pílulas ser trivial. O compartilhamento também leva a mais inovações. Ideias se sobrepõem. Invenções dependem de avanços criativos anteriores. Não haveria jazz sem o blues; nem iPhone sem telas de contato. Os sinais indicam que a inovação hoje é menos questão de transformações radicais, e mais questão de combinações inteligentes e extensões das ideias existentes.

O livre acesso ao conhecimento, o resgate do controle do uso das nossas próprias poupanças no universo de intermediação financeira, a transição da posse para uso, da propriedade para acesso, no caso da economia material, são diversos caminhos de construção de novas relações de produção que fazem sentido. A fragmentação do tão sólido esteio do sistema capitalista, a *propriedade particular*, pode abrir novos caminhos, em particular se considerarmos que o *american way of life*, para dar um exemplo, se for expandido para o resto da população mundial, exigiria três planetas suplementares. No conjunto, a visão colaborativa é uma visão inteligente.

Isso envolve também o sistema público de compartilhamento: em Toronto, todas as escolas são dotadas de piscinas, abertas a toda a comunidade, além de existirem piscinas públicas em numerosos parques. Possuir a própria piscina faz sentido? Investimentos caros, manutenção tediosa, pontos luxuosos de água permanentemente vazios (após algumas semanas de entusiasmo), pela simples razão de que uma pessoa se sente um idiota sentado sozinho na sua piscina. Bibliotecas, centros de lazer, parques, piscinas e espaços de esporte abertos e gratuitos constituem um imenso capital compartilhado que tanto nos assegura qualidade de vida como articula

uma sociedade dilacerada pela competição. Vamos evoluir do grandioso conceito de “propriedade” para o de “liberdade de uso e acesso”.

AS MUDANÇAS NO CONCEITO DE REMUNERAÇÃO

A expansão dessas formas inovadoras de colaboração não é necessariamente apenas positiva. O surgimento do Uber sem dúvida permite romper sistemas ultrapassados de loteamento de direito de transporte de passageiros, mas também coloca novos desafios. Segundo Claire Clark e Mac Urata (2016),

As empresas de transporte em rede também comprometem os direitos de setores taxistas tradicionalmente regulados. O Uber pratica uma informalização agressiva de um setor que já estava desregulamentado três décadas atrás. O mercado está inundado de motoristas fazendo bicos, enquanto a competição acirrada piora as condições de trabalho existentes.

No entanto, os processos de ajuste estão em curso, e são interessantes. Eu, por exemplo, disponibilizo toda a minha produção científica on-line. Isso poderia prejudicar a venda dos meus livros. Em compensação, o número de leitores dos meus trabalhos aumentou radicalmente, me torno mais conhecido, me chamam para palestras pelas quais sou remunerado. Na realidade, continuo a ganhar o meu pão de cada dia, mas em outro ponto do ciclo de produção, não na publicação, mas no trabalho presencial.

Efeito semelhante se produz com músicos. Depois de tantas bobagens propagadas sobre os pobres artistas prejudicados pela pirataria, constata-se que boas músicas on-line circulam muito, e a alternativa do show remunerador também compensa. Aqui temos a grande vantagem de que o sucesso vai resultar do gosto do público que acessou livremente um volume muito maior de músicas, e não do peso comercial do “selo” e do “jabá” das emissoras.

O conceito de deslocamento do ponto de remuneração ajuda bastante a entender as transformações. Mas há outras lógicas. Os professores do MIT recebem seus salários, e já não eram remunerados pelas publicações. Em compensação, hoje são muito mais lidos. Eu considero

que meu salário de professor na PUC-SP implica também comunicar para fora, de forma aberta, o trabalho científico de pesquisa que desenvolvo na instituição, e não apenas dando aula.

Sumamente importante é o fato de que, com a fragilização dos vínculos empregatícios e relações de trabalho mais fluidas e variadas, aparece como opção cada vez mais realista assegurar uma renda básica universal. A instabilidade feita de altos e baixos do trabalho ligado a plataformas e redes de internet precisa ser compensada com um tipo de rede de segurança, que mantenha a liberdade das pessoas de migrarem entre diversos tipos de trabalho e de vínculos sem o drama de não poder sustentar a sua família. Essa também é a conclusão do estudo de Sundararajan. Entre a flexibilização, a variedade de potenciais de empregos cada vez mais diversificados e uma estabilidade financeira elementar, assegurar uma renda básica seria a solução mais produtiva em termos de eficiência social e econômica.

AS MUDANÇAS SISTÊMICAS

É legítimo nos perguntarmos quais relações de produção emergem dessas transformações. A Revolução Industrial nos legou relações sociais de produção centradas na propriedade privada de bens de produção e no assalariado, na burguesia e no proletariado. Que tendências e que novas relações trazem no seu bojo a revolução das Tecnologias de Comunicação e Informação? Que novas articulações? Que novas exclusões? Não se trata aqui de dar respostas a temas tão amplos, mas de discutir algumas macro-tendências que começam a se tornar relativamente claras.

A hipótese que se coloca é de uma transformação social tão ampla, que gera uma sociedade do conhecimento, da mesma forma que tivemos uma sociedade agrária e uma sociedade industrial. Nessa perspectiva, as implicações são profundas: as diversas sociedades agrárias se estruturaram politicamente e em termos de relações de produção em torno do controle do fator-chave: a terra; a sociedade industrial se estruturou politicamente e em termos de relações de produção em torno do controle dos meios de produção: da máquina; que estrutura política e que relações de produção

estarão implícitas nas sociedades em que o fator-chave passa a ser o conhecimento? Para a terra, delimita-se o feudo, ou se coloca a cerca. Para a fábrica, colocam-se os muros e a portaria. Para o conhecimento, se faz o quê?

Com as novas relações técnicas e sociais, novas formas de poder e de apropriação do excedente, surgirá outro modo de produção? A pergunta pode eventualmente ser prematura, pelo pouco amadurecimento das novas tendências, mas é legítima. A resposta dependerá provavelmente da capacidade das novas elites mundiais – novas porque essencialmente manipuladoras de símbolos e de imagens e cada vez menos de fábricas – de conviver ou de cooptar as dinâmicas emergentes em seu proveito. A nova sociedade traz indiscutivelmente em seu bojo tanto um potencial de libertação quanto sombrias possibilidades de um universo no estilo *1984*, de Orwell. Ainda assim, nesse último caso, as novas formas de dominação já não caracterizarão necessariamente um modo de produção capitalista tal como o estudamos nos clássicos, e a alternativa não é necessariamente apenas o socialismo.

REFERÊNCIAS

ALPEROVITZ, G.; DALY, L. *Apropriação Indébita*: como os ricos estão tomando a nossa herança comum. São Paulo: Senac, 2010.

ALVES, A. de A. *Economia colaborativa*: um novo jeito de empreender e consumir. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDERSON, C. *Grátis*: o futuro dos preços. Campinas: Campus, 2010.

BENKLER, Y. *The wealth of networks*: how social production transforms markets and freedom. New Haven; London: Yale University Press, 2009. Disponível em: <<http://www.benkler.org>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BROWN, E. H. *The public bank solution*: from austerity to prosperity. Baton Rouge: Third Millennium Press, 2013.

CANÇADO, A. C. et al. Cooperativismo de crédito: o que podemos aprender com os bancos comunitários de desenvolvimento? *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v. 6, n. 1, 2015, p. 57-71. Disponível em: <<https://goo.gl/J5Jnk0>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CASTELLS, M. *The rise of the network society*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 17 ago. 2009.

CERNEV, A. et al. Mobile social money: an exploratory study of the views of managers of community banks. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 51, p. 299-309, 2016. Disponível em: <http://200.232.30.99/busca/artigo.asp?num_artigo=1697>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CLARK, C.; URATA, M. Uber: não nos leve nessa viagem. *Global Labour Column*, Johannesburg, n. 239, jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/TYr7LX>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

DOWBOR, L. A captura do poder pelo sistema corporativo. *Ladislau Dowbor*, jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/IHbHhN>>. Acesso em: 20 out. 2016.

DOWBOR, L. Resgatando o potencial financeiro do país. *Ladislau Dowbor*, ago. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5Bv78S>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Anablume, 2005.

HESS, C.; OSTROM, E. *Understanding knowledge as a commons: from theory to practice*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

KORTEN, D. *The post-corporate world*. San Francisco: Berrett-Kohler Publishers, 1999.

LANE, F. S. *The naked employee*. New York: Amacom, 2003.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PLOS ONE*, San Francisco, 10 jun. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ZVLj4H>>. Acesso em: 2 set. 2016.

LESSIG, L. *The future of ideas: the fate of the commons in a connected world*. New York: Random House, 2001. 340 p.

REICH, R. *The future of success*. New York: Alfred Knopf, 2001.

REICH, R. *Supercapitalism: the transformation of business, democracy and everyday life*. New York: Random House, 2008.

ROUILLÉ D'ORFEUIL, H. Finances solidaires: changer d'échelle; Les Placements éthiques. *Alternatives Economiques*, Paris, 2003.

SHIRKY, C. *Cognitive surplus: creativity and generosity in a connected age*. New York: Penguin, 2010.

STIGLITZ, J. *Rewriting the rules of the American economy: an agenda for shared prosperity*. New York: Roosevelt Institute, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/BrhwwG>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SUNDARARAJAN, A. *The sharing economy: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

TIME TO FIX patents: ideas fuel the economy. Today's patent systems are a rotten way of rewarding them. *The Economist*, London, 8 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rWk13B>>. Acesso em: 20 out. 2016.